

Editorial

EVOLUÇÃO

É chegado o momento de deter por instantes a caminhada... E retomá-la em seguida com mais força e coragem. Toda posição, toda atitude, a cada dia, precisa ser avaliada e com o desenrolar dos fatos e atos a comunidade precisa ser informada.

A perspectiva de uma amplitude cada vez maior, exige que este periódico, para melhor divulgar a sua notícia, passe de quinzenal para semanal. Desse modo O Metropolitano torna-se cada vez mais um elo do povo com os serviços à disposição dos leitores.

Portanto, o jornal nesta nova fase, procurará agilizar, cada vez mais os acontecimentos, as realizações da Região Metropolitana e neste primeiro passo, dos municípios irmãos: Campo Largo e Balsa Nova.

Julgamos que contribuir para o esclarecimento de atitudes e de posturas nos levam cada vez mais, a uma posição de destaque ocupada por este jornal, desde a sua fundação.

Já são passados nove anos desde que o 1º número deste meio de comunicação chegou aos leitores. Procurará destacar-se na nova fase, enaltecendo as coisas boas que acontecem, criticando os posicionamentos incorretos e que prejudicam a população.

O Metropolitano será sempre um canal aberto ao leitor e publicará com seriedade as posições indignas ao povo.

A participação da influência do pensamento público não será afastado, pois está solidamente estabelecida e por razões óbvias não fugirá de sua linha de ação.

O objetivo será sempre o melhoramento das edições para merecer cada vez mais a confiança dos leitores.

Frases

"Aceito qualquer decisão judicial, mas não aceito a ilegalidade daqueles que sempre foram ajudados por mim."
(De PC Farias, sobre as denúncias de empresários no caso PC/PC)

"Não há ajuste fiscal sem o PC na cadeia."
(De José Dirceu, deputado federal pelo PT-SP, referindo-se ao caso PC Farias)

"Ele é o símbolo da impunidade e da sonegação."
(De José Dirceu, deputado federal pelo PT-SP, referindo-se ao caso PC Farias)

"O crime tem cheiro e deixa rastro. Pelo cheiro e pelo rastro se pega o ladrão."
(Ulisses Guimarães, sobre as denúncias contra PC Farias)

"O PMDB não vai colocar panos quentes. Se houver necessidades, vamos apoiar."
(De Aloysio Nunes Ferreira Filho, ao defender impeachment do presidente Fernando Collor de Mello)

"Estou disposto a ir mas não posso prejudicar meu trabalho aqui em Londres, porque nessa época do ano os torcedores estão fechando para o verão e essa é a hora dos bons negócios."
(De Luiz Octávio da Motta Veiga, que trabalha para a Rayner Coffee International, sobre a possibilidade de depor à CPI no caso PC)

"A legislação brasileira é muito severa."
(Maurício Corrêa, vice-presidente da CPI do caso PC, sobre as possibilidades de indulto para empresários que depuseram)

"Os auditores vão nos instrumentalizar na CPI, mas não no que se refere às empresas de PC Farias."
(Benito Gama, presidente da CPI sobre a participação de auditores do TCU nas investigações)

"Os fiscais vão executar seu trabalho dentro das normas em vigor e os obstáculos que surgirem vamos transpô-los."
(Antônio Gilberto da Costa, diretor-adjunto da Receita Federal)

"Se ficarmos só nos depoimentos, poderemos desmoralizar o Congresso, porque não chegaremos a nenhuma prova. Precisamos de documentos."
(Do deputado Adroaldo Streck, dizendo que precisam de documentos no caso PC)

"Se todos os deputados fizerem o mesmo, poderemos arrecadar US\$ 200 mil."
(Do deputado Adroaldo Streck, propondo coleta de dinheiro para ajudar a CPI)

"Deixemos aqui, neste registro em alta, a minha posição a este vereador, que na última sessão, foi o primeiro a falar e retirou-se do plenário e não aguardando ouvir o meu pronunciamento."
(Do vereador Osvaldo Zotto, sobre sua insatisfação em relação ao depoimento do vereador José Rossoni)

"Os vereadores podem assistir de suas poltronas um episódio 'sui generis' na Casa de Leis e os espectadores viram uma cena que não acontecia há muito tempo. Falto pouco para dois vereadores não irem às vias de fato. O problema surgiu em função do posicionamento do vereador José Rossoni, que responsabilizou o movimento contra a sua pessoa ser de autoria do vereador Osvaldo Zotto, mentor intelectual friso-

Expediente

O METROPOLITANO

Rua Benedito Soares Pinto, esquina c/ Barão do Rio Branco (Centro) CEP 83.600 - Campo Largo-PR
Publicação da Gráfica Editora Campo Largo Ltda.
Diretor: Haroldo Wohl
Jornalista Responsável: Nádia Schiavinnato
Reg. Prof. 2303/09/55 - PR
Departamento Comercial: Fone: 292-2576
* Os artigos e opiniões publicadas neste jornal são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião de seus editores.
Diagramação, Composição, Arte, Fotolito e Impressão: Editora Helvetia Ltda.
Rua Saldanha Marinho, 1.260
Fones: 232-0634 (Fax) e 232-5005
Curitiba-Paraná

Opinião

O "BOM EMPREGO" INDUSTRIAL

Roberto Requião

Modernidade não é simplesmente sinônimo de avanço tecnológico ou desenvolvimento material. Ela significa, antes de mais nada, eliminação de pobreza e da desigualdade e possibilidade de uma vida humana digna. Uma nação jamais será moderna enquanto a imensa maioria dos seus habitantes vegeta numa situação infra-humana. A modernidade só será autêntica quando eticamente comprometida com a eliminação social que divide este país em dois mundos segregados e excludentes, promovendo o bem-estar de toda a população de forma equitativa.

No Paraná, queremos a modernidade do desenvolvimento com justiça social. As imensas potencialidades do nosso Estado só poderão ser plenamente aproveitadas se formos capazes de desobstruir os canais para que o capital, fluindo, aumente a demanda por mão-de-obra, tornando o trabalho mais abundante e os salários reais mais elevados. Nesta perspectiva, vamos lançar o Programa "Bom Emprego", sobre o qual já tive-

mos ocasião de comentar nesta coluna, que se complementará com o "Bom Emprego Industrial".

Esse é um projeto que se destina a apoiar a implantação e a expansão de estabelecimentos industriais, criando condições para a modernização tecnológica e o incremento do emprego. A sua concepção estrutural preserva os princípios básicos da universalidade de acesso, da automaticidade de enquadramento, da ausência de custos financeiros e da desconcentração dos investimentos. Isto significa que, enquanto executem os investimentos previstos e cumpram as exigências relacionadas ao controle e preservação do meio ambiente, quaisquer estabelecimentos industriais, independentemente de seu tamanho ou atividade, poderão habilitar-se ao Programa.

O "Bom Emprego Industrial" afasta o poder discricionário das autoridades fazendárias ou financeiras do Estado, permitindo que as empresas, uma vez cumpridas as

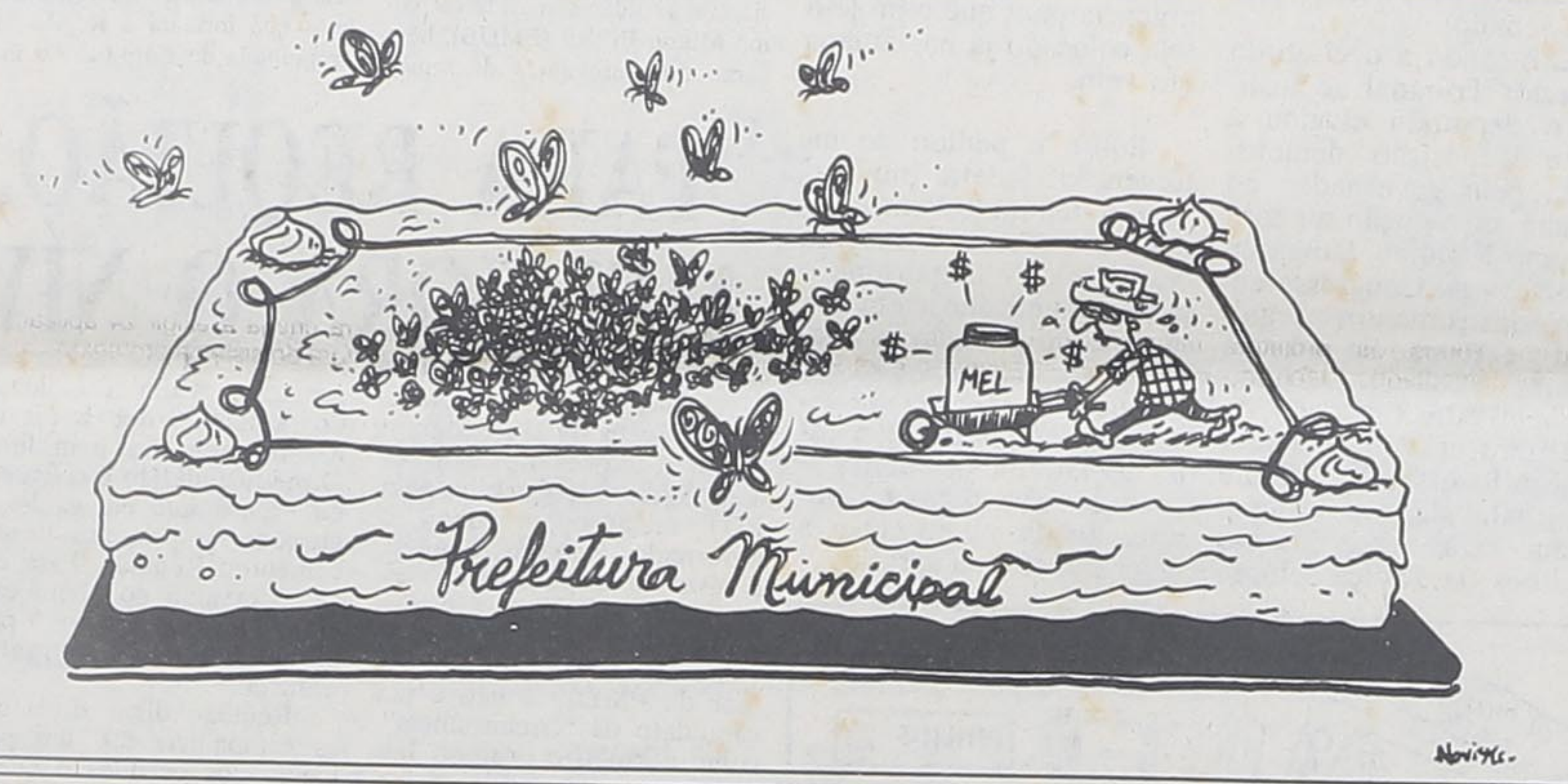
exigências básicas estabelecidas claramente por decreto, estejam automaticamente habilitadas. Não criamos nenhuma comissão, ou mecanismo semelhante, destinada a "selecionar" projetos, dando azo a privilégios discricionários.

Uma vez enquadrado, o investidor poderá recolher parte do ICMS incremental, apenas corrigido, em prazo distinto do normal. O incentivo como o prazo variam de acordo com a localização do estabelecimento: 30% com prazo de 12 meses (para Curitiba e Araucária), 50% com prazo de 24 meses (para Ponta Grossa, Maringá, Londrina e São José dos Pinhais) e 80% com prazo de 36 meses (para os demais municípios). Por este critério, o governo diminui sua intervenção nas atividades produtivas, incentiva a desconcentração do desenvolvimento econômico, permitindo a elevação da qualidade de vida dos núcleos populacionais do interior do Estado através da oferta de emprego. Outro ponto importante é que estamos evitando, por todos os

modos, benefícios fiscais arbitrários que, sendo rebatimentos artificiais dos custos de capital, geram distorções na competição entre indústrias concorrentes, determinam uma dependência ao paternalismo de Estado e diminuem o ingresso de impostos sem a consequente redução das demandas sociais.

O Programa "Bom Emprego Industrial" enquadra-se num conjunto de propostas destinadas a implementar o desenvolvimento do Paraná, sem que isto signifique a privatização de setores de necessária atuação do Estado (como saúde, educação, saneamento e habitação) ou a ilusão de um crescimento espontâneo. São medidas que, no bojo de uma política social consequente e de uma política fiscal realista, têm por objetivo diminuir a concentração de renda que degrada o nosso país e fazer avançar nossas populações em direção a uma qualidade de vida mais digna e justa.

Roberto Requião de Mello e Silva, é jornalista e governador do Paraná



Vatapá

BALSA NOVA

Tudo indica que a campanha de Balsa Nova será polarizada. Um dos grupos que disputam a prefeitura são compostos pela coligação PMDB, PSD, PST, PTB, PFL, onde desponta como forte candidato a indicação do ex-prefeito Osvaldo Vanderlei Costa. O número de vereadores desta coligação conta com aproximadamente 30 pré-candidatos que deverão ser homologados na convenção do dia 24 do corrente. O povo do pujante município deverá eleger seu prefeito num colégio eleitoral de aproximadamente 5.000 eleitores.

DE CAMAROTE

Os vereadores podem assistir de suas poltronas um episódio "sui generis" na Casa de Leis e os espectadores viram uma cena que não acontecia há muito tempo. Falto pouco para dois vereadores não irem às vias de fato. O problema surgiu em função do posicionamento do vereador José Rossoni, que responsabilizou o movimento contra a sua pessoa ser de autoria do vereador Osvaldo Zotto, mentor intelectual friso-

AZEITONA NA EMPADA DO OUTRO

Max Rosenmann (PFL) deputado federal, participou da convenção partidária da Coligação PDT, PST, PTB, em apoio ao candidato, "afilado" do prefeito, Emílio Pianaro Jr. Haja fisiologismo nesse deputado que pula de galho em galho conforme o balanço do barco.

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Os bacharéis que trabalham na prefeitura municipal de Campo Largo, foram duramente criticados e colocados pelo vereador José Rossoni como incompetentes, pois diversos projetos de lei têm chegado à Câmara e apresentam muitas falhas onde os vereadores com suas comissões observam irregularidades tendo que reformular por completo o que vem do Executivo. Uma assessoria desse tipo só traz complicações.

DINHEIRO DO POVO NÃO É CAPIM

O vereador José Rossoni voltou a criticar violentamente os gastos da administração municipal, dizendo que é contrário a qualquer tipo de subsídio, cortesia com chapéu alheio é difícil de aceitar.

COCEL X ACICL

O projeto de doação (permuta) de terrenos para a Associação Comercial e Industrial de Campo Largo, é uma polêmica que está chamando atenção. A discussão do projeto de lei, foi severamente criticada pelo vereador José Rossoni, dizendo que pa-

rece ser uma negociata, pois ficou parado desde 1968 e só agora nas vésperas de uma eleição aparece um projeto estranho onde o terreno da Cotel seria trocado por vários lotes em diferentes bairros da cidade. Isto não é lógico, é ilegal.

PELAS RUAS DA CIDADE

Comenta-se que um determinado político é tão esperto e ardiloso que se dedica a ludibriar até sua própria sombra. Quanto a seu filho, também com aspirações políticas pediu um conselho ao pai e este mostrou a ele um "pau de sebo" e disse: suba. A dificuldade é grande sabermos, isto para não ofuscar a estrela.

CANTO DA SEREIA

Nos bastidores políticos os contatos são grandes e as propostas são a tônica das rodas políticas, mas o que acontece é que vários cabos eleitorais estão ouvindo as "sereias" cantarem, atraídos pelos ilusórios objetivos de alguns candidatos e também por alguns articuladores da campanha do sr. prefeito, oferecem um emprego aqui outro ali e vão costurando suas vontades com este ou aquele como já foi citado na Câmara Municipal. Quem não sabe, na mitologia, o canto das sereias, é a atração de pescadores que guiados pelos sons morrem afogados.

Despejos podem levar à Guerra Civil

"Eu me recuso a decretar a guerra civil no campo". Essa foi a reação do governador Roberto Requião sobre o pedido de intervenção federal no Paraná, sugerida ao presidente da República pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além de os juízes agirem sem "sensibilidade social", Requião vai entrar com uma reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal pedindo a sustação do ingresso de uma intervenção da hierarquia dentro do Poder Judiciário.



Governador Roberto Requião

Para Requião o STJ cometeu um "engano" porque ele é um Tribunal do Poder Judiciário e não pode expedir determinações ao presidente da República, como fez no caso da intervenção. O STJ pediu a intervenção sob a acusação de o Estado do Paraná não cumprir determinação judicial para desocupar, à força, uma área invadida na Fazenda Can-Can, no município de Rondonópolis, onde há oito anos famílias de produtores rurais começaram a plantar com a conivência do Incra, pois as

terras estavam, por decreto do então presidente José Sarney, destinadas à reforma agrária. Quem poderia determinar ou não a Presidência que se fizesse a intervenção no Paraná seria o presidente do Supremo, ministro Sidney Sanches. Ontem mesmo, a Procuradoria Geral do Estado entraria com a reclamação para que suste esta quebra de hierarquia. "Se não, teremos mais um poder na República", criticou, "não

eu quero que eu faça - indagou Requião - que vá matar agricultor que está plantando, produzindo?" Destacando que o Paraná se mantém a postos para impedir novas invasões - contras as quais o governador já se manifestou diversas vezes - Requião disse que o que falta é a regulamentação da reforma agrária, mas que mesmo se custasse o mandato de governador não promoveria o despejo, porque não foi eleito para isso.

Caso a intervenção venha mesmo a ser decretada, ela é bastante restrita e se limita à área em interesse. Requião avisou que se isso vier a ocorrer, não terá como se opor e nem pretende "declarar guerra à União".

Mas, entende, o presidente da República sofre as mesmas restrições, com ausência de instrumentos para resolver a questão agrária no país, e a possíveis soluções que estariam passando pelo Congresso são seguradas por grupos interessados - o que chamou de "direitona", que tem representação forte no Parlamento.

Professor Haroldo lança candidatura



No último domingo (14) o professor Haroldo Wohl lançou oficialmente sua candidatura a uma cadeira na Câmara de Vereadores de Campo Largo.

Em seu discurso o professor Haroldo, que também é sócio-diretor do jornal O METROPOLITANO, enfatizou que sua principal meta, se eleito, é a defesa do Magistério. Lutar não só por uma melhor Educação como também para que os professores tenham um salário mais justo. Sou o verdadeiro representante da classe, disse o professor.

Enfatizou também o seu apoio à candidatura a prefeito de Carlos Zanlorenzi e de seu vice, Pedro Angelo Andreassa.

Plenário

Na penúltima sessão, o vereador Sebastião Moreira, salientou o interesse do mundo inteiro para a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente "ECO-92", inclusive recomendando os debates transmitidos pelo Canal 9, TV Cultura.

Na mesma sessão, o vereador acima citado, comunicou a visita de diretores da Empresa Molinex, a maior produtora de eletrodomésticos da Europa, a Campo Largo, com objetivo da possível implantação de uma fábrica no município.

O vereador Osvaldo Zotto, na mesma sessão, salientou um decreto da municipalidade de Balsa Nova, publicado na edição nº 211, desse periódico sobre o aumento concedido ao funcionalismo público daquele município ser menor que o concedido em Campo Largo.

O presidente da Câmara Municipal de Campo Largo, ocupou a Tribuna, na última sessão, para esclarecer alguns pontos sobre a sua postura e a conduta à frente da Casa de Leis nesse período eleitoral.

Ressaltou, principalmente,

que modificará o seu posicionamento de críticas quando em outras campanhas era muito agressivo com seus adversários políticos e promete, agora, que adotará uma nova linha de conduta. Pediu aos demais vereadores que independente de cor partidária mantenham o respeito mútuo na casa.

Em relação às ações da presidência, salientou que não irá extrapolá-lo limite de sua competência e direito e procurará destinar os mesmos recursos para a assistência social e não abusará da posição e não fará do seu gabinete um comitê político.

O líder do governo na Câmara Municipal de Campo Largo, salientou que a prefeitura teve um gasto, em maio, de duzentos milhões de cruzeiros, envolvendo três (3) ônibus próprios, vinte e dois (22) alugados e mais 31 veículos menores alugados, percorrendo no total 5.300 km diariamente e transportando treze mil alunos dentro do município, além dos estudantes que vão a Curitiba, ratificando que é um programa importantíssimo e deverá ser preservado.

IPEs propõem formação de comissão para buscar soluções à Previdência

Pequenos produtores paranaenses que querem subsídio para o cultivo de legumes e verduras sob a proteção da plasticultura, devem entrar imediatamente com pedidos de elaboração de projetos e liberação de dinheiro junto aos escritórios locais e regionais da Emater, distribuídos pelo Estado. O anúncio foi feito pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná, que destinou recursos de R\$ 1,3 bilhão ao Proid - Programa de Irrigação e Drenagem - no qual está incluída a técnica de agricultura protegida por plástico. "Todos os projetos bem fundamentados tecnicamente serão imediatamente aprovados", garantiu o diretor do Dagri (Departamento Operacional da Agricultura e do Abastecimento), engenheiro florestal Luiz Sérgio Knopik.

O subsídio a fundo perdido pode chegar a R\$ 1,9 milhão por projeto, beneficiando produ-

tores que vivem exclusivamente da agricultura, moram na propriedade ou comunidade rural, e cultivam uma área máxima de treze hectares. Diminuição do ataque de pragas e doenças, redução no uso de agrotóxicos, proteção contra o frio, menor perda de nutrientes do solo, estão entre as principais vantagens da plasticultura que, no Paraná, é adotada entre os meses de maio e outubro, nas formas de estufas na região Norte e na forma de túneis, na região Sul. Os túneis mostraram-se mais adequados para o Sul, onde o frio é mais intenso e as geadas mais fortes", observa o coordenador estadual de olericultura da Emater, Inêrto Hamerschmidt.

As primeiras unidades de observação foram instaladas no Paraná em 1985. Ao contrário de São Paulo, onde esse sistema é utilizado para produção de flores, no Paraná é utilizado para olericultura e fruticultura.

curso

Vestibulares

A opção que é solução

SEMI-EXTENSIVO

MATRICULAS ABERTAS

CONVENIO COM O POSITIVO (Apostila e Mat. Didática)

ESTUDE BEM PAGANDO MENOS

LOCALIZAÇÃO CENTRAL

APOSTILAS INCLUIDAS

ÓTIMA EQUIPE DE PROFESSORES

EFICIÊNCIA COMPROVADA

INICIO 03.08.92

RUA ENG. TOURINHO, 1050 FONE: 292-3871 CAMPO LARGO - PR

TURMAS EM ANDAMENTO PARA

GINÁSTICA

HIDROGINÁSTICA

ACQUARIUM

NATAÇÃO

MUSCULAÇÃO

CONDICIONAMENTO FÍSICO

O sistema previdenciário nos Estados vem enfrentando graves dificuldades que poderão resultar numa total falência de suas atividades, caso não sejam encontradas soluções rápidas e práticas. Com esse alerta, a Associação Brasileira de Institutos de Previdência (Abip), encaminhou ofício ao ministro Reinaldo Stephanes, da Previdência Social, sugerindo a criação de uma comissão formada por representantes do governo federal, Abip e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibãm), com a finalidade de buscar novos caminhos para os sistemas previdenciários no Brasil.

Para o superintendente do IPE do Paraná e ex-presidente da Associação Brasileira de Institutos de Previdência, médico Jaime Paciornik, não só a Previdência a nível federal, mas também os sistemas estaduais e municipais passam por sérios problemas que podem levar à total insolvência da seguridade social brasileira. Segundo Paciornik, a situação agravou-se ainda mais a partir da vigência dos novos textos constitucionais e com a perspectiva da implantação do regime único para o funcionalismo público, o que veio a obrigar os órgãos de previdência nos Estados e municípios a refazer todos os seus cálculos e suas leis, sob pena de inviabilizarem a continuidade do cumprimento de seus serviços e obrigações.

Um dos pontos mais polêmicos da nova realidade enfrentada pelos IPEs, observou Jaime Paciornik, diz respeito à absorção de um grande contingente de servidores que na maior parte do tempo vinham contribuindo para o INSS. Sobre isso, a

Constituição Federal em vigor dispõe que para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. É justamente essa compensação, ressaltou o superintendente do IPE-PR, que precisa ser debatida e equacionada, como forma de garantir aos Institutos estaduais e municipais as condições para fazer frente a essa massa de segurados que será incorporada.

REPRESENTAÇÃO

A Associação Brasileira de Institutos de Previdência congrega hoje cerca de 15 milhões de previdenciários, contingente que segundo Paciornik, justifica a participação da Abip em qualquer discussão que diga respeito à Previdência no Brasil. Outra reivindicação da Abip, informou Paciornik, diz respeito à sua participação no recém-criado Conselho Nacional de Seguridade Social com um representante, ao lado de integrantes do governo federal, dos governos estaduais e municipais e de representantes dos trabalhadores e empresários. O referido Conselho estará se reunindo hoje, no Ministério da Previdência, em Brasília, quando será apreciado o pedido da Abip de fazer parte do mesmo. A matéria foi incluída na reunião pelo ministro Reinaldo Stephanes e comunicada ao superintendente Jaime Paciornik pelo diretor de Previdência Social do Ministério, Celcino de Carvalho Filho.

A MÁFIA

A máfia... confia: tinha certeza. O povo que é inteligente e anda de olhos vivos... emerge muito bem o que acontece em sua cidade, em seu município.

O povo é bem observador: acompanha o que está acontecendo em sua cidade. E embora não tenha os números exatos dos estragos causados por esses "interesses dos amigos e companheiros", ele os enxerga aqui e ali, por toda parte, naquilo que é feito, e, principalmente, naquilo que deixa de ser feito em prol do bem público e da população que paga os seus impostos.

E se o povo não possui os números exatos dos estragos provocados por esses "interesses", ele fica imaginando as causas dos mesmos: os conchavos a portas fechadas desses "amigos e companheiros", o superfaturamento nas obras realizadas, as comissões pagas a terceiros, os respasses de verbas, uma facada aqui, outra ali, uma fatia de bolo para este amigo, outra fatia para aquele companheiro. Afinal de contas, o "bolo" é grande, dá para todos os "amigos e companheiros". Mas, e o povo? Ora, para o povo sobram as misérias!

O povo também observa os resultados práticos desses "interesses": os carros novos que surgem de repente, as novas casas que se erguem como um passe de mágica, as melhorias nas chácaras e nas casas de praia, etc.

Não, não; ninguém tem nada a ver, muito pelo contrário, até aplaude, quando alguém que trabalha honestamente, economiza e emprega inteligentemente os lucros do seu trabalho ou do seu empreendimento e consegue melhorar a sua situação familiar e empresarial. Nada disso! Mas não através de "interesses" escusos, em detrimento da coisa pública. É preciso pôr um basta nisso tudo!

Os mafiosos! São justamente aqueles do "Mudar é Preciso". Mudaram mesmo! Mudaram em causa própria!

E os nomes deles! Ah, o povo os conhece muito bem e está preparado para lhes dar a resposta através do voto, nas urnas. E só esperar para ver!

Comissão Executiva JPMDB

FARMÁCIA SÃO LUCAS

Informa que estará de Plantão a partir do dia 20, sempre zelando pela sua saúde.

Praça da Matriz nº 2844

TURMAS EM ANDAMENTO PARA

GINÁSTICA

HIDROGINÁSTICA

ACQUARIUM

NATAÇÃO

MUSCULAÇÃO

CONDICIONAMENTO FÍSICO